



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER DO DISTRITO FEDERAL
Conselho dos Direitos da Mulher

ATA

PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO TÉCNICA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER 2021

Aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas, foi realizada a primeira reunião da Comissão Técnica de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher do Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal, tendo como pauta: 1. Definição do Plano de Trabalho da Comissão; 2. Informes; 3. Encerramento. A reunião remota iniciou via aplicativo *Google Meet*, com a presença da Coordenadora da Comissão Técnica, Joana Darc Alves Barbosa Vaz de Mello (OAB-DF). Com a conselheira do Poder Público: Rosineide de Araújo Silva Sá (SSP-DF). Com a conselheira da Sociedade Civil: Lúcia Divina Bandeira Bessa (ABMCJ). Com as representantes das Entidades Suplentes do Conselho dos Direitos da Mulher: Francisca Elicleuda Pereira da Silva Couto (ASSOCIAÇÃO DESPERTAR SABEDORIA NO SOL NASCENTE); Lúcia Erineta de Ceia (MULHERES FEMINICÍDIO NÃO); e Moema Direito Passos (ABRA). Com a Dra. Cíntia Costa da Silva e com a Sra. Thaís Magalhães, do Núcleo dos Direitos Humanos do Ministério Público do Distrito Federal e Território-MPDFT. Com a Dra. Gislane Carneiro Campos Reis, do Núcleo Judiciário da Mulher do TJDF. Com a Secretária Executiva do CDM-DF, Michelle Carneiro de Abrantes Silva. E com a Assessora do CDM-DF, Tayná de São José Caldas. A Sra. Joana Mello declarou aberta a reunião. Ressaltou a importância da Comissão de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. Afirmou que a disparidade de gênero e a cultura do machismo precisam ser enfrentadas com políticas públicas de forma integrada visando a conscientização de toda a sociedade no intuito de diminuir os altos índices de violência contra a mulher. A disponibilização de equipamentos públicos mais acolhedores quando uma mulher buscar orientação e apoio, inclusive nas delegacias, faz-se mais que essencial, declarou. Abriu espaço para apresentação das integrantes da Comissão. Posteriormente, as conselheiras dialogaram sobre o objetivo do plano de trabalho. A Sra. Joana Mello afirmou que compete à Comissão, observadas as suas atribuições regimentais, acompanhar e sugerir ao Conselho dos Direitos da Mulher do DF (CDM-DF) políticas públicas para as mulheres do Distrito Federal, dentro, é claro, das possibilidades orçamentárias do governo. Discutiu-se sobre a criação de um protocolo unificado de atendimento às vítimas com o propósito de melhor conhecer o seu histórico de violência e quais equipamentos públicos foram utilizados em todo o Distrito Federal. Dialogou-se também sobre a criação de um cadastro geral de vítimas contendo todo o seu histórico de atendimento e com permissão de acesso do judiciário para melhor instrução processual. A Sra. Lúcia Bessa frisou a importância da criação desse sistema único contra a violência de gênero. Falou-se sobre mapeamento das ações de enfrentamento à violência contra a mulher existentes nas demais secretarias e poderes do Distrito Federal. A Sra. Michelle Abrantes lembrou a possibilidade da Comissão de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher se reunir com as demais comissões do Conselho dos Direitos da Mulher, tendo em vista a interseccionalidade do tema. Conversou-se a respeito do fluxo de atendimento com o objetivo de melhorar os serviços disponibilizados às vítimas, inclusive com escuta para avaliar a efetividade das políticas públicas. Foi proposto pela Sra. Lúcia Bessa a realização de visitas às delegacias e demais equipamentos do poder público e da sociedade civil com o intuito de potencializar as boas práticas e contribuir para a melhoria dos serviços de apoio às vítimas de violência. Foi sugerida a melhoria do sistema disponibilizado por meio do VIVA-FLOR com o objetivo de atender um número maior de vítimas, independentemente do tipo de celular que a mulher disponha. A Sra. Lúcia Bessa salientou a importância dos órgãos públicos se fortalecerem para que mais mulheres façam parte deste projeto. A Sra. Gislane Reis reiterou a importância da fala da Sra. Lúcia Bessa. Afirmou que só cabe no aplicativo VIVA-FLOR as mulheres que têm *Android* e que isso é um problema pois muitas mulheres possuem outro sistema operacional. Além disso, inúmeras mulheres possuem apenas rede *Wi-fi* com baixa conexão e não possuem

pacotes de dados. Evidenciou a necessidade de o executivo efetivar parceria com as operadoras de telefonia. Sugeriu a criação de um selo de reconhecimento à empresa de telefonia que disponibilizar, gratuitamente, os seus serviços às mulheres sob a proteção do Estado no programa Viva Flor. A Sra. Cíntia Costa contou que soube que a Polícia Civil está se mobilizando para criar mais núcleos integrados de atendimento à mulher e que existe um projeto em iniciação em Planaltina e que isso deve se espalhar pelo Distrito Federal. Discutiu-se sobre a importância de acompanhar a criação, pela Polícia Civil, de núcleos especializados para o atendimento às mulheres vítimas de violência nas regiões administrativas. Dialogou-se sobre a elaboração de políticas públicas para as mulheres que não desejarem registrar ocorrência por não se sentirem, por vezes, em condições de decidirem sobre a responsabilização do seu agressor. A Sra. Moema Passos afirmou que a Associação Brasileira de Advogadas (ABRA) atuou nos juizados de violência doméstica e contou que é recorrente o fato da própria mulher não querer dar continuidade ao processo. Frisou a importância da sensibilização e conscientização. A Sra. Francisca Elicleuda salientou que necessita-se intensificar a prevenção e o enfrentamento por meio de campanhas educativas, de acolhimento e suporte necessário às vítimas. Destacou a importância de contar com o apoio de organizações não governamentais. A Sra. Lúcia Erineta enfatizou que muitas mulheres vítimas de violência não querem denunciar por dependerem financeiramente de seus agressores. Foi dialogado entre as conselheiras a construção de espaços mais acolhedores às mulheres, especialmente nas delegacias especializadas de atendimento às mulheres vítimas de violência, inclusive nos núcleos. Tratou-se sobre a capacitação periódica dos profissionais que atuam nas forças de segurança, com foco, principalmente, o enfrentamento ao machismo. Sugeriu-se parcerias com as faculdades para ampliar o atendimento dos equipamentos disponibilizados às mulheres vítimas de violência, destacando-se o modelo utilizado pelo Tribunal da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios-TJDFT. A Sra. Rosineide Sá informou que a Secretaria de Segurança tem empreendido esforços para aprimoramento do aplicativo Viva Flor, a fim de viabilizar maior inclusão; que ocorrem situações em que as ofendidas indicadas ao Programa não possuem a percepção do grau de risco a que estão submetidas, optando por não receber o aplicativo e que a coordenação do Programa realiza reiterados contatos, incluindo visitas e busca ativa, a fim de garantir maior proteção às mulheres em situação de violência doméstica. Destacou ainda que os dados da Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Femicídios (CTMHF/SSP) estão disponíveis no site da Secretaria de Segurança Pública para consulta pública. Frisou-se na reunião a necessidade de reavaliar a atuação dos NAFAVDs com o propósito de ampliá-los, observadas as necessidades de cada região administrativa. Considerou-se a criação de parcerias por parte do Governo do Distrito Federal para implementação de rede *Wi-fi* grátis em locais públicos de grande circulação como metrô, rodoviária e parques, com o objetivo de facilitar a denúncia de violência pelas mulheres. A Sra. Thaís Magalhães relatou uma análise feita pelo Ministério Público e compartilhará a pesquisa no grupo de *WhatsApp*. A Sra. Michelle Abrantes lembrou a Comissão que o Plano de Trabalho deverá ser apresentado pela coordenadora à Mesa Diretora na reunião do dia quinze de junho. A reunião teve como encaminhamentos: 1. Compatibilização de todas as propostas e sugestões da Comissão no Plano de Trabalho; 2. Encaminhamento do Plano via grupo de *WhatsApp*. Por fim, sanadas todas as dúvidas e realizadas todas as deliberações cabíveis, a A Sra. Joana Mello declarou por encerrada a reunião. Nada mais a ser tratado, eu, Michelle Carneiro de Abrantes, redigi, lavrei e datei a presente ata. Assinada por mim e pelos(as) membros(as) do Conselho presentes na reunião.

Brasília-DF, 09 de Junho de 2021

Assinaturas:



Documento assinado eletronicamente por **IVONETE RIBEIRO DOS SANTOS, Usuário Externo**, em 08/09/2021, às 15:14, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JOANA D'ARC ALVES BARBOSA VAZ DE MELLO, Usuário Externo**, em 09/09/2021, às 06:18, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MICHELLE CARNEIRO DE ABRANTES SILVA - Matr.0274614-X, Secretário(a) Executivo(a) do Conselho dos Direitos da Mulher**, em 09/09/2021, às 08:26, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=65846426 código CRC= **30BCD21A**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Anexo do Palácio do Buriti, 8º andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa - CEP 70075-900 - DF
